

ASILO POLÍTICO E REFÚGIO – BREVE REFLEXÃO.

Verônica Rezek

"Toda canção de liberdade vem do cárcere."
Gorch Fock

A vida e a liberdade são garantias fundamentais do ser humano. Quando esses direitos são ameaçados, seja por questões de ordem política, seja por diferenças raciais ou religiosas, surge outro: o direito de buscar proteção em outros países, assegurado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Com origem nos primórdios da civilização, o asilo é uma instituição jurídica humanitária que visa à acolhida do estrangeiro perseguido em seu país de origem por questões de ordem política. Tem como requisito a existência de *perseguição política atual* e sua concessão configura ato soberano do Estado. No Brasil de nosso tempo, o estrangeiro deve procurar a Polícia Federal no lugar onde se encontra e demonstrar a perseguição que sofre em seu país. O processo é encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores, que emite parecer. Quem decide é o Ministro da Justiça. Se o pedido for aceito, o asilado é registrado junto à Polícia Federal, onde presta compromisso de cumprir as normas de Direito Internacional e a lei brasileira. Trata-se de decisão política discricionária cuja execução não se sujeita a qualquer organismo internacional; e o Estado ao qual se pede asilo pode negar-se a concedê-lo sem ter que explicar sua decisão à comunidade internacional ou ao solicitante.

Já o refúgio possui caráter declaratório, com alcance internacional, e é aplicado de forma apolítica, humanitária e social. A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (Convenção de Genebra) — e o Protocolo de 1967, que a complementa — definem “refugiado” como toda pessoa que, por fundado temor de ser perseguida por motivo de raça, religião, nacionalidade, ou por pertencer a determinado grupo social, ou por suas opiniões políticas, se encontre fora do país de sua nacionalidade e não possa, ou ainda, por causa dos ditos temores, não queira recorrer à proteção de tal país; ou que, carecendo de nacionalidade e estando, em consequência de tais acontecimentos, fora do país onde tivera sua residência habitual, não possa ou, por causa dos ditos temores, não queira regressar a ele. No refúgio a responsabilidade de

proteção do indivíduo é transferida de seu país para a comunidade internacional. O solicitante deve procurar a autoridade competente do país em que deseja obter o refúgio. No Brasil é preenchido um questionário com seus dados e a fundamentação do pedido. Em seguida, o estrangeiro é entrevistado por um funcionário do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça, a quem cabe a decisão. Nem o asilo nem o refúgio se sujeitam à reciprocidade, dado seu substrato humanitário.

A Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados e estabelece, entre outros, que não será concedido o refúgio àquele que já desfrute de proteção por parte de organismo das Nações Unidas que não o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados; ou que resida no Brasil e tenha direitos e obrigações relacionados com a condição de brasileiro; ou que tenha cometido crime contra a paz, crime de guerra, crime contra a humanidade, crime hediondo, participado de atos terroristas ou tráfico de drogas; ou ainda, que seja considerado culpado de atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas. Os processos de reconhecimento da condição de refugiado são sempre gratuitos e dotados de caráter urgente.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, criado em dezembro de 1947, tem por tarefa oferecer proteção e prestar assistência a toda pessoa que detém aquela qualidade. Conforme determina o artigo 18, parágrafo único, da Lei 9.474/97, quando instaurado o pedido de refúgio, a autoridade competente informará o Alto Comissariado sobre a existência do processo de solicitação de refúgio e facultará a esse organismo a possibilidade de oferecer sugestões que facilitem seu andamento.

Nos casos de asilo, deve haver perseguição atual e efetiva. Para o refúgio é suficiente o fundado temor de perseguição. Tanto assim é que o asilo pode ser solicitado enquanto a pessoa está em seu país de origem; já para o refúgio o perseguido deve estar fora de seu território. Concedido o asilo ou o refúgio, receberá o beneficiado cédula de identidade e carteira de trabalho, e passará a ter os direitos civis de um estrangeiro residente no país. O reconhecimento da condição de refugiado obstará ao seguimento de pedido de extradição que tenha por cerne os mesmos fatos que fundamentaram a concessão de refúgio.

A melhor leitura do artigo 4º, X, da Constituição Federal, é a que entende que o dispositivo, ao dispor que a República rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da “concessão de asilo político”, dá margem à interpretação da expressão em sentido amplo, atingindo também o refúgio, devendo ser levadas em conta, todavia, as particularidades de cada instituto.

Um exemplo da discricionariedade existente na concessão do asilo é o caso divulgado pela rede britânica BBC, do pedido de asilo político feito por Omar Osama Bin Laden, um dos muitos filhos de Osama Bin Laden, na Espanha, em novembro último. Omar Osama viajava em aeronave que partiu do Cairo rumo a Casablanca e pousou em Madri para uma escala. No controle de fronteiras, identificou-se e pediu asilo político à Espanha, alegando correr perigo de vida em qualquer país árabe e sofrer perseguições e ameaças por ser filho de um notório terrorista. O governo espanhol, após pedir informações ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, concluiu que Omar não era perseguido nem corria perigo de vida para que lhe fosse concedido o asilo. O Ministro do Interior, Alfredo Pérez Rubalcaba, anunciou que o governo já tinha decidido pela não concessão do asilo, mesmo que Alto Comissariado fosse a favor do solicitante.

Todo indivíduo que perdeu a proteção de seu país de origem tem como buscar a defesa de seus direitos fundamentais no território de outro Estado, e todo Estado soberano tem o direito, no exercício de sua soberania, de admitir dentro de seu território as pessoas que julgar conveniente.

Todo esse contexto é próprio de uma época da História em que o ser humano depende, não raro, de cruzar fronteiras e de contar com a complacência de governantes estrangeiros para viver o gozo de seus direitos elementares. Que essa época não dure muito tempo, é a esperança de todos.

São Paulo, 04 de agosto de 2009.